

7 – MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

Administração Tributária e Aduaneira

A partir de 2002, a Secretaria da Receita Federal – SRF passou a contar com um único Programa no PPA, Administração Tributária e Aduaneira, o qual veio substituir e integrar os dois Programas anteriormente sob sua gerência: Programa de Administração Tributária e Programa de Administração Aduaneira.

A consolidação de toda a ação da SRF em um único programa visou melhor refletir a realidade da Instituição, que atua de forma integrada na administração dos tributos internos e sobre o comércio exterior - isto é, as atividades exercidas na área do controle e administração fiscal do comércio exterior se sustentam nos mesmos recursos humanos, financeiros, tecnológicos e logísticos alocados no restante das atividades da SRF.

A administração tributária e aduaneira constitui-se num conjunto de ações e atividades, integradas e complementares entre si, que visam garantir o cumprimento pela sociedade da legislação tributária e do comércio exterior e que se materializam numa presença fiscal ampla e atuante, quer seja no âmbito da facilitação do cumprimento das obrigações tributárias, quer seja na construção e manutenção de uma forte percepção de risco sobre os contribuintes faltosos.

Essas ações se sustentam na normatização da legislação tributária e do comércio exterior e num conjunto integrado de sistemas de informação, alimentados por informações cadastrais e econômico-fiscais, fornecidas ao Fisco pelos próprios contribuintes ou por terceiros, mediante a apresentação de diversas modalidades de declarações.

Assim, todas as ações que compõem o Programa Administração Tributária e Aduaneira representam um fluxo único de trabalho, voltado para a obtenção de dois resultados ou produtos finais básicos: a arrecadação aos cofres da União de tributos e contribuições e o controle fiscal e aduaneiro do comércio exterior.

No ano de 2002, a arrecadação das Receitas Administradas pela SRF atingiu a cifra de R\$ 232,71 bilhões, o que representa um crescimento nominal de 23,26% e real de 8,75%, em relação a 2001.

Ao longo de 2002, ocorreram arrecadações extras significativas, especialmente as decorrentes de medidas legais editadas com o objetivo de estimular o pagamento e facilitar a cobrança dos débitos em atraso - na maioria dos casos sem contrapartida no ano anterior. Tais medidas produziram um adicional de R\$ 25,5 bilhões na arrecadação de 2002, relativamente a 2001, e explicam, em grande parte, o crescimento real de 8,75% acima apontado.

O excedente de arrecadação verificado em 2002 foi fundamental para o equilíbrio geral das contas públicas e representou uma parcela importante do superávit primário realizado pela União. Representou ainda um aporte significativo de receitas para os demais entes da Federação (Estados e Municípios), via transferências constitucionais de receitas.

Na área aduaneira, a Receita Federal foi responsável, em 2002, pelo desembaraço de cerca de 1,14 milhões de Declarações de Importação (DI) e aproximadamente 909,1 mil Declarações de Despacho de Exportação (DDE). A essas declarações corresponderam cerca de 94,0 milhões de toneladas de produtos importados, no valor total FOB de US\$ 47.241 milhões, e 295,1 milhões de toneladas de produtos exportados, no valor total FOB de US\$ 60.361 milhões.

No ano de 2002, merecem especial destaque os estudos desenvolvidos pela SRF com vistas a subsidiar a elaboração da Medida Provisória nº 66, bem como a sustentar o seu debate no Congresso Nacional. O escopo central dessa MP consistiu na eliminação da cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Conhecida como “mini-reforma tributária”, a MP 66 foi aprovada, com vetos, pelo Legislativo Federal e convertida na Lei nº 10.637, de 30/12/2002.

A continuidade desse processo está prevista no corpo da própria Lei aprovada, que determina que, até o final de 2003, o Poder Executivo deverá submeter ao Congresso Nacional projeto de lei tornando também não-cumulativa a cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Na área Aduaneira, destaca-se em 2002 a implementação do “Modelo de Acompanhamento e Avaliação Gerencial da Fiscalização e dos Controles Aduaneiros” e do Sistema “Ambiente de Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros – RADAR”, o qual integra informações cadastrais e fiscais de outros sistemas da SRF, proporcionando uma visão integrada do Contribuinte que atua no comércio exterior, o que reforça o papel da SRF de proteção à sociedade no combate ao ilícito fiscal e aduaneiro.

Na fiscalização dos tributos internos, foram aprimorados os sistemas informatizados de apoio à ação fiscal, com destaque para o novo dossiê integrado dos contribuintes selecionados e para a análise setorial com base no cruzamento de informações internas e externas.

A Secretaria da Receita Federal vem desenvolvendo um grande esforço no sentido de promover a consolidação permanente das normas tributárias e aduaneiras, diretriz perseguida pela atividade de tributação e normatização. Dentre os trabalhos de consolidação de normas concluídos em 2002 (ou em fase de conclusão), cabe destaque para os seguintes: Incentivos Fiscais; Acordos Internacionais; Tributação dos Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital auferidos no exterior; Preços de Transferência; Paraísos Fiscais; Simples; Imposto de Renda da Pessoa Jurídica-Geral - além do novo Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 4.543/02, e do Regulamento e da Tabela do IPI, aprovados, respectivamente, pelos Decretos nº 4.544/02 e 4.542/02.

Quanto à administração do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), sua manutenção, atualização e aperfeiçoamento permanente, constitui hoje uma ação estratégica, não só para a Secretaria da Receita Federal como para toda a economia brasileira.

Integrando em um único sistema/ambiente informatizado todos os órgãos públicos reguladores/fiscalizadores do comércio exterior - SRF, Banco Central do Brasil, Secex, Ministérios da Agricultura e da Saúde, e outros - além de milhares de usuários que atuam nessa área - importadores, exportadores, despachantes aduaneiros, companhias de transporte aéreo, marítimo e terrestre, operadores aeroportuários e de recintos alfandegados, dentre outros - o Siscomex representa não só um instrumento imprescindível para a operacionalização das atividades relacionadas ao comércio exterior, como também a principal ferramenta de controle administrativo, fiscal, cambial e estatístico do nosso comércio internacional.

Por outro lado, a presença de terminais do Siscomex em todo o território nacional, aliada à ampla rede de Unidades da SRF espalhada por todo o país, representa condição essencial para a implementação e consolidação da estratégia de interiorização do despacho aduaneiro, por meio das Estações Aduaneiras Interiores (EADI) ou de outros recintos alfandegados de zona secundária - fator relevante para a diminuição do chamado “custo Brasil”.

Além disso, o Siscomex é um instrumento fundamental de viabilização de vários regimes especiais aduaneiros - como o Regime Aduaneiro Especial de Entrepasto Industrial sob Controle Informatizado (RECOF), a Linha Azul (Regime de Despacho Aduaneiro Expresso), o *Drawback* e outros - também essenciais na busca de competitividade do setor produtivo nacional. Somente com o apoio do Siscomex é possível operacionalizar e expandir esses regimes especiais, sem perda da capacidade de controle fiscal e aduaneiro das operações realizadas.

Em 2002, o Siscomex foi mantido permanentemente em boas condições de operação, não produzindo nenhum óbice ao fluxo normal do comércio exterior e ao seu controle fiscal, aduaneiro e cambial.

No tocante à gestão interna, a Receita Federal vem passando nos últimos anos por um processo de adequação estrutural e de modernização de seus processos de trabalho. O marco inicial desse processo foi a edição da Portaria MF nº 259, de 24 de agosto de 2001, que aprovou uma nova estrutura organizacional para a SRF, a qual estabelece um melhor fluxo de decisão e de gestão.

Posteriormente, com a edição das Portarias SRF nº 3.135 e 3.136, em dezembro de 2001, a Secretaria da Receita Federal intensificou o processo de institucionalização das rotinas de planejamento integrado e avaliação institucional, internalizando uma nova cultura gerencial entre os diversos gestores e servidores, focada em resultados e na gerência de programas.

Com vistas a ampliar a abrangência do planejamento institucional, a Receita Federal desencadeou em 2002 um processo inédito na Organização de envolvimento dos Administradores e demais servidores, que foram chamados a discutir e definir os marcos institucionais que serviriam de referência para o planejamento da SRF no biênio 2003/2004. Em seminários nacionais e reuniões regionais realizados a partir de junho, discutiram-se a missão,

os valores e a visão de futuro da Instituição, e estabeleceram-se as diretrizes e objetivos gerais a serem observados e perseguidos pelas Unidades na programação e implementação de ações nos próximos dois anos.

Todo esse processo de participação e de integração se materializou na elaboração do Programa de Trabalho SRF 2003/2004, homologado pela Portaria SRF nº 1.396, de 10/12/2002. Envolvendo todas as mais de 560 Unidades da SRF, o referido Programa representa um conjunto inicial de cerca de 5.340 ações, integradas em torno de vinte e cinco Programas Nacionais e quatorze objetivos gerais.

As ações que compõem o Programa foram registradas pelas Unidades em um sistema informatizado único e integrado, de alimentação compartilhada por todas as Unidades da SRF e disponível para consulta *on line* por todos os servidores da Instituição - o que garante total transparência interna ao planejamento institucional, tanto na sua fase de elaboração como no acompanhamento e na avaliação das ações programadas/implementadas.

Durante o ano de 2003, a Receita Federal procurará promover a integração do Programa de Trabalho SRF com as rotinas, metodologias e sistemas relacionados à elaboração do PPA, à programação e execução orçamentária e financeira, à programação e execução do Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos (Procad), e à avaliação de gestão e desempenho institucional. Paralelamente, está prevista para 2003 a implementação de um amplo Programa de Capacitação Gerencial, com vistas a sedimentar a visão e os conceitos de administração voltada para resultados e a firmar o planejamento como efetivo instrumento de gestão.

Recuperação de Crédito da União

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, tem, entre outras atribuições, a de apurar a certeza e liquidez de débitos para com a Fazenda Nacional, inscrevendo-os na Dívida Ativa da União e promovendo a competente cobrança judicial, além de representar judicialmente a União nas causas de natureza fiscal.

Pode ser sintetizada, como marca da referida missão, uma arrecadação de receitas da União em níveis sempre crescentes, seja por meio de uma melhor cobrança da Dívida Ativa da União, seja nos êxitos em ações judiciais figurando a União no pólo passivo, o que importa em igualmente crescentes níveis de valores de depósitos judiciais convertidos em renda da União, uma maior eficiência na defesa da Fazenda Nacional em Juízo e adequadas prestações de consultoria e assessoramento jurídicos e de representação extrajudicial da União.

O exercício de 2002 apresentou uma arrecadação total de R\$ 6.865.964.306,44. Em Dívida Ativa da União, a arrecadação atingiu, até a mesma data, R\$ 1.967.216.385,22. Em conversões de depósitos judiciais em renda da União, alcançou-se o valor, ainda para a mesma data, de R\$ 4.898.747.921,22.

Esses números representam um resultado global positivo da ordem de 29,71%, em relação a 2001.

Portanto, também neste ano se cumprem as metas estabelecidas, em termos de recuperação de valores devidos à Fazenda Nacional, via cobrança da Dívida Ativa da União e através da vitória em ações envolvendo montantes elevados, e como o demonstra o quadro abaixo, com a manutenção de índice crescente para a série temporal relativa ao período de 1995 até 2002:

R\$ 1,00			
ANO	DÍVIDA ATIVA (*)	JUDICIAL	ARRECADAÇÃO TOTAL
1995	398.115.757	1.631.247.983	2.029.363.740
1996	638.005.835	2.826.379.423	3.464.385.258
1997	652.841.839	1.683.132.873	2.335.974.712
1998	1.987.155.583	1.096.653.818	3.083.809.401
1999	1.006.319.943	4.012.979.254	5.019.299.192
2000	1.804.824.713	4.450.688.675	6.255.513.388
2001	1.640.907.616	3.652.332.715	5.293.240.331
2002	1.967.216.385	4.898.747.921	6.865.964.306
TOTAL	10.095.387.671	24.252.162.662	34.347.550.328

(*): Incluída a arrecadação do REFIS

Ao lado dos resultados decorrentes de ingresso direto de recursos nos cofres do Tesouro Nacional, como acima exposto, a atuação da PGFN tem gerado outra espécie de benefício econômico à Fazenda Nacional, decorrente de dois outros indicadores, que são: quanto de receita o Erário deixou de perder como resultado de

vitórias judiciais patrocinadas pela PGFN, nas ações propostas pelos contribuintes que postulavam, justamente, o não pagamento dos tributos e outras exações e, ainda, a quantificação das quantias que a União deixou de desembolsar em razão da conferência, pela PGFN, dos cálculos de liquidação apresentados pelos autores que venceram demandas contra a Fazenda Nacional.

É importante anotar que a PGFN, como nos anos anteriores, patrocinou vitórias judiciais importantes nos Tribunais, como a declaração da constitucionalidade da prorrogação da CPMF prevista na Emenda Constitucional nº 37, de 2002, e da cobrança, pela União, da Contribuição ao PASEP de Estados e Municípios, mais recentemente, e o entendimento quanto à ausência de imunidade tributária, tanto na hipótese das entidades de previdência privada fechada, quando há contribuição do participante (CF, art. 150, VI, “c”), que gerou uma arrecadação adicional extraordinária para o Tesouro Nacional.

Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito

No âmbito do programa Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito, gerenciado pelo Banco Central do Brasil - BACEN, entre os resultados obtidos, destaca-se a implantação do Novo Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), que reduziu o risco do sistema financeiro brasileiro, por meio da transferência do risco que estava com o BACEN para as instituições financeiras; adicionalmente, a informatização dos procedimentos permite a obtenção de informações estratégicas em tempo real, instrumentalizando as áreas de política econômica em suas intervenções. Contribuiu decisivamente para a implantação do projeto SPB a implantação do Centro de Serviços de Informática (CSI Alternativo), que foi preparado para assumir as funções do CPD principal em situações de contingências (sinistros, impedimentos operacionais, p.ex.), sem perda de funções ou performance.

Quanto ao fluxos e registro de capitais, assinala-se a conclusão do relatório do Censo de Capitais Estrangeiros no Brasil, que tornou possível o conhecimento do montante e da alocação dos investimentos estrangeiros diretos realizados no Brasil até 31 de dezembro de 2000; outra realização foi a pesquisa relativa aos Capitais Brasileiros no Exterior que contou com o apoio do sistema informatizado de mesmo nome. Essa pesquisa permitiu a aferição dos ativos detidos por residentes no exterior e a elaboração da Posição Internacional de Investimentos (aprimoramento do levantamento do Passivo Externo Líquido), estatística constante do Padrão Especial de Disseminação de Dados - PEDD; finalmente, são dignos de menção a transparência e o profissionalismo na administração das reservas internacionais, colaborando com o seu ajuste a parâmetros pré-definidos.

Foi realizado também o aperfeiçoamento do regime de metas para a inflação, com o desenvolvimento de modelo estrutural de grande escala, utilização de novas estatísticas e aprimoramento daquelas já divulgadas. Essas atividades contribuem com o desenho de cenários mais acurados da economia brasileira e a realização de variadas projeções.

São ainda dignos de nota o aumento da transparência da instituição com a divulgação tempestiva de estatísticas e de decisões do BACEN, divulgação dos normativos editados entre 1965 a 1989 por meio eletrônico e a disponibilização de informações sobre a dívida externa do setor público no sítio do Banco Central, assim como a realização de campanhas junto a variadas instituições para apresentação das novas moedas, importância da utilização das moedas metálicas e da preservação das cédulas. Destaca-se particularmente o lançamento da cédula de R\$ 20,00 englobando, dentro do mesmo padrão das cédulas do Real, novo elemento de segurança. Estão disponíveis, no endereço www.bcb.gov.br, diversas informações econômicas e financeiras, com apoio de sistema informatizado voltado à apresentação de séries temporais, indicadores de conjuntura e estatísticas harmonizadas do Mercosul e as séries "Trabalhos para Discussão" e "Notas Técnicas do BACEN", que apresentam resultados de pesquisas e estudos.

A Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN, responsável pela ação “Assistência Técnica em Assuntos Internacionais”, na condução dos processos de negociações internacionais produziu resultados, decorrentes de acordos comerciais, no médio e longo prazos, destacadamente quanto a:

- Recuperação de parte dos créditos concedidos, no passado, a países pelo governo brasileiro para o financiamento de exportações de produtos e serviços brasileiros, no âmbito do Programa de
- Financiamento às Exportações (PROEX). Os créditos recuperados significam mais recursos à disposição do Tesouro Nacional e, além disso, as negociações permitem estreitar laços entre o

Brasil e seus devedores, regularizando as relações financeiras e propiciando, no futuro, aprofundamento dessas relações em benefício do País.

- Mobilização de recursos externos junto ao FMI e ao Banco Mundial, entre outros, destinados ao financiamento do Tesouro Nacional, articulando as unidades envolvidas nessas operações.
- Negociações no âmbito da OMC, Alca, Mercosul e Banco Mundial que consideram as demandas da sociedade, tais como barateamento de produtos face à concorrência com os importados, melhores serviços de telefonia, acesso a uma tecnologia mais avançada e saneamento básico, assim como o anseio empresarial por um mercado mais amplo para seus produtos.
- Por fim, o esforço empreendido no âmbito do Fundo de Garantia à Exportação contribui para garantir que o seguro de crédito à exportação seja um instrumento importante na alavancagem das exportações brasileiras.

A Secretaria de Política Econômica - SPE, nos termos da sua competência regimental e como responsável pela ação de “Análise Macroeconômica e Proposição para Formulação da Política Econômica”, no exercício de 2002, assistiu e assessorou o Ministro de Estado da Fazenda na formulação, acompanhamento e coordenação da política econômica.

No âmbito institucional, a Secretaria assessorou o Ministro da Fazenda junto ao Conselho Monetário Nacional (CMN) e na condução do Programa de Estabilidade Fiscal, assim como acompanhou a execução do Programa Nacional de Desestatização (PND) e participou do desenho e implementação das políticas governamentais relativas ao sistema financeiro, mercado de capitais, previdência complementar e seguros.

A SPE, responsável pelo relacionamento do Governo Brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI), coordenou, no âmbito do MF, a implementação do acordo com o FMI, subsidiando as negociações em torno da extensão do acordo.

A participação da SPE na condução da política econômica brasileira ocorreu em diversos fóruns de discussão, permanentes ou criados para lidar com assuntos específicos. A participação nesses comitês, comissões, conselhos e grupos de trabalho objetivou representar e defender a visão do Ministério da Fazenda no atendimento pleno das demandas que são formuladas ao Poder Executivo e direcionadas à área econômica.

Outra importante função da SPE consistiu na consolidação de estatísticas fiscais e projeção do Resultado Primário do Governo Central (critério Acima da Linha). Para tanto, consolidou e projetou as receitas e despesas não financeiras do Governo Central – abrangendo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central do Brasil – e estimou o resultado primário que serviu de base para a elaboração da Proposta Orçamentária do Governo, dos Decretos de Programação Financeira e das metas fiscais negociadas com o FMI.

A contribuição da SPE na condução da política econômica também se deu pelo fomento à discussão de temas importantes para o desenvolvimento do País. Sendo assim, uma série de estudos abrangentes sobre temas específicos tem sido produzida pela Secretaria de Política Econômica, tais como: Panorama Institucional Brasileiro “O Novo Regime de Previdência Complementar Brasileiro” e Principais Avanços na Implementação da Agenda de Poupança e Investimento. Elaborou o Relatório de Renúncias Fiscais e Subsídios, encaminhado ao Congresso Nacional juntamente com a Proposta Orçamentária, que compila as diferentes fontes de renúncia fiscal e os subsídios.

A equipe da Secretaria elaborou rotineiramente diversos boletins e relatórios, em geral de circulação restrita: Boletim de Acompanhamento Macroeconômico; Boletim de Conjuntura Fiscal; Análise Econômica da Mensagem Presidencial; Panoramas sobre Temas Macroeconômicos e Institucionais; Resenha Internacional Semanal; Banco de Dados Sintético de Conjuntura. Além destes, a Secretaria disponibilizou o Boletim de Estatísticas Fiscais e as Resenhas Diárias sobre Indicadores de Conjuntura Econômica.

Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional

A fiscalização do sistema financeiro nacional (SFN) e do mercado financeiro, ação do programa Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional, de responsabilidade do Banco Central do Brasil - BACEN, atingiu, de maneira satisfatória, as metas previstas no PPA no que diz respeito ao número de fiscalizações realizadas. Considerada a Supervisão em seu conceito mais amplo, é de se notar o bom desempenho das instituições que compõem o SFN no enfrentamento das situações de tensão experimentadas ao longo do ano de 2002, o que demonstra a solidez do sistema.

De uma maneira direta, as instituições financeiras têm se beneficiado da atuação do BACEN, à medida que foram levadas a adotar procedimentos prudenciais no gerenciamento do seu patrimônio, de forma a minimizar os riscos a que estão expostas. Do mesmo modo, a sociedade se beneficia da ação fiscalizadora desta Autarquia, em vista da minimização de riscos de perdas decorrentes de eventuais quebras de bancos e de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Análises sistemáticas da situação patrimonial das instituições financeiras, simulações de cenários em função de tendências no comportamento das variáveis macroeconômicas e a avaliação dos impactos de tais mudanças nas instituições são exemplos da atuação prospectiva da supervisão do Banco Central do Brasil. Cabe ressaltar a implantação do Sistema Alerta de Ilícitos Financeiros, que tem como objetivo rastrear dados com vistas a detectar ilícitos cambiais e financeiros cometidos no âmbito do sistema financeiro.

Como resultados obtidos com a Ação Fiscalização do Sistema Financeiro, podem ser indicados: a preservação do patrimônio dos investidores e dos correntistas por meio da imposição de limites de riscos; a avaliação sistemática e tempestiva da situação econômico-financeira das instituições; o monitoramento sistemático dos riscos a que estão expostas; a prevenção e o eficiente combate ao uso do sistema financeiro para atividades ilícitas, notadamente aquelas relacionadas à lavagem de dinheiro; a reestruturação do SFN, via fusões, cisões e liquidações de instituições financeiras públicas e privadas, por meio de soluções de mercado ou por meio de privatizações, o que tornou o processo menos oneroso para o setor público e proporcionou o fortalecimento do sistema; e a disponibilização, ao público em geral e ao sistema financeiro, de informações tempestivas e confiáveis para subsidiar a tomada de decisões e o gerenciamento de riscos.

No período de 2002 as atividades vinculadas ao ordenamento do SFN, sempre pautadas na diretriz de fortalecimento desse sistema, resultaram na concessão de 3.376 homologações, com destaque para a autorização de funcionamento de 165 novas instituições, das quais 97 foram de cooperativas de crédito.

Outro resultado positivo da ação foi a liberação da instalação de Postos de Atendimento Bancário Eletrônico (PAE), anteriormente vedada e a contratação de correspondentes bancários – função adicionalmente estendida aos tabelionatos notariais e de registro, inclusive para a abertura de contas de depósitos. Assim, o incremento do número total de pontos de atendimentos ao público (de 52.468 para 63.567) foi de 21,15% no período de 31/12/2001 a 31/12/2002. Os correspondentes bancários, que tiveram seu quantitativo ampliado de 8.638 para 13.959 (acusando crescimento de 61,60 %) no mesmo período, levam atendimento às camadas da sociedade brasileira até então não atendidas por serviços financeiros, contribuindo também, ao estimular a circulação de dinheiro, para o fortalecimento de municípios que não contam com agências bancárias.

No âmbito do Programa Nacional de Desburocratização, foram revogadas mais de 700 normas expedidas por essa Autarquia, que se encontravam sem função, por decurso de prazo ou regulamentação superveniente, facilitando, assim, a consulta aos normativos em vigor.

O segmento de consórcios passou a sujeitar-se, a partir de janeiro de 2002, à obrigatoriedade de implantação de sistemas de controles internos, contribuindo para a melhor estruturação das atividades das administradoras e de seus sistemas de informação. Foram, ainda, efetivados ajustes nas normas sobre recursos não procurados, adiantamento a fornecedores, agregação de despesas e encerramento de grupos. Ademais, os procedimentos das administradoras de consórcios passaram a ser regidos pelos mesmos princípios de garantia dos direitos dos clientes e usuários das instituições financeiras em geral.

Em março, foi iniciado o projeto da nova Central de Risco de Crédito, que tem como objetivo principal a previsão de crises no sistema financeiro, com a utilização de ferramentas que possibilitem à área de supervisão detectar potenciais problemas nas carteiras de crédito das instituições financeiras, a outros departamentos do BACEN, realizar análises e pesquisas tendo por subsídio informações qualificadas e ao sistema financeiro, aprimorar as decisões de concessão e gerenciamento de crédito.

No universo das normas de caráter prudencial adotadas no ano de 2002, merecem registro:

- mudanças nos critérios para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, bem como de instrumentos financeiros derivativos, que passaram a ser baseados na intenção e na capacidade financeira de negociação ou da manutenção em carteira, com avaliação de mercado ou pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos;
- adoção de medidas para o aprimoramento do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), objetivando aumentar a oferta de recursos no segmento imobiliário;
- atualização das normas para aprovação de nomes de eleitos e nomeados para cargos em órgãos estatutários de instituições, em função das novas regras de acesso, que estabelecem exigências mais abrangentes, relativamente aos pretendentes, além de subsidiar análises;
- nova regulamentação para reconhecimento, registro contábil e avaliação de créditos tributários, aplicáveis a instituições financeiras, em linha com práticas e procedimentos internacionais, de forma a estabelecer critérios mais objetivos e rigorosos, tendo em conta a geração de benefícios futuros; e
- permissão para formação de cooperativas de crédito de pequenos empresários, microempresários e microempreendedores, responsáveis por negócios de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços (incluindo as atividades da área rural), visando suprir a demanda por créditos destinados às atividades produtivas.

Gestão da Política de Regulação de Mercados

O Programa “Gestão da Política de Regulação de Mercados”, gerenciado pela Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE, que originalmente visava atender ao Art. 70 da Lei nº 9.069 (Lei do Real), que estabelece sobre o reajuste e a revisão das tarifas de serviços públicos, com a liberação dos mercados, o incremento da concorrência no país e a participação de capitais privados nos serviços públicos, foi sendo estendido para contemplar mecanismos mais adequados a esse novo cenário.

Mediante a ação Acompanhamento Sistemático de Mercados, a SEAE observou a variação dos preços que refletem diretamente nos índices de inflação, bem como acompanhou os principais mercados para detectar problemas que possam afetar os preços e, assim, promover ações para corrigir distorções.

A Ação Acompanhamento de Regimes Tarifários Estruturados se fez necessária, pois, apesar de as Agências Reguladoras serem encarregadas da estruturação nos mercados setoriais, há ações que refletem nas políticas macroeconômicas e microeconômicas de responsabilidade do Ministério da Fazenda. Nesse caso, a SEAE assessorou o Ministro da Fazenda nos conselhos que deliberam sobre as políticas setoriais, como é o caso do Conselho Nacional de Política Energética. Realizou-se, também, o acompanhamento das tarifas de setores que ainda não possuem agência reguladora, como o setor postal.

Quanto às ações Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais e Promoção e Estímulo à Concorrência, estas foram importantes para inibir o exercício de poder de mercado das empresas, bem como as práticas anticoncorrenciais. Já a Ação Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais, diante da possibilidade das empresas, ao procurarem expandir suas vendas ou elevar suas receitas, virem realizar promoções ou sorteios que não possam cumprir e assim prejudicar os consumidores, fez-se necessário analisar, autorizar e fiscalizar esses eventos de forma a evitar e inibir práticas inadequadas.

Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União

Sob a responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional - STN encontram-se as seguintes ações do Programa de Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União – 0773: Sistema Informatizado da Secretaria do Tesouro Nacional; Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI; Implantação do Sistema SIAFI em Plataforma Gráfica - SIAFI Século XXI; Gestão da Dívida Pública; Gestão de Obrigações da União; Aperfeiçoamento das Atividades e Mecanismos de Gerenciamento da Dívida Pública - PROGER; Gestão Financeira e Contábil; Gestão de Haveres da União.

No que se refere aos sistemas de informação, no exercício de 2002, foi dada continuidade aos esforços no sentido de se conferir maior eficiência e produtividade no desempenho das diversas atribuições das unidades finalísticas da STN, por meio de ferramentas de Tecnologia da Informação, bem como confiabilidade às

informações prestadas pela Secretaria. As principais evoluções ocorreram nos sistemas DPI e ELABORA, que tratam, respectivamente, da Dívida Pública Interna e da Elaboração de sua Proposta Orçamentária. Nesse sentido, foi promovida a integração desses sistemas para facilitar a elaboração da proposta orçamentária pelo ELABORA. Também foi viabilizada a contabilização automática, para o SIAFI, dos lançamentos contábeis gerados pelo sistema DPI e a criação de arquivo de agenda financeira mensal no sistema Dívida Externa.

Com relação ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, foram agregadas diversas funcionalidades com o objetivo de facilitar o trabalho dos gestores públicos. Entre as principais inovações em 2002, encontram-se a criação da Guia de Salário Educação e da Guia de Recolhimento de FGTS e Informações à Previdência Social, a possibilidade de envio de resultados de consultas para o correio eletrônico do usuário, em formato ".txt" e a melhoria nas rotinas que viabilizam a apuração do pagamento efetivo das unidades do Governo Federal, com a inclusão do controle detalhado das disponibilidades por Fonte. Foi, ainda, realizada a migração de quase todos os documentos do SIAFI Operacional para o SIAFI Gerencial, com opção de exportação da consulta para planilhas do MS/Excel.

No que tange ao projeto de implantação do sistema em plataforma gráfica – SIAFI XXI, em 2002, foi disponibilizado o Centro de Treinamento Virtual do SIAFI, com a realização do curso de SIAFI Gerencial para aproximadamente 2 mil servidores, desenvolvido projeto-piloto com a implementação da funcionalidade “Nota de Dotação” e dada continuidade ao levantamento dos requisitos do sistema.

Com relação à Gestão da Dívida Pública, pode-se destacar o cumprimento integral de todos os compromissos financeiros assumidos quando da emissão de títulos públicos. Destaque-se que é fundamental o cumprimento dos contratos assinados pela República com agentes do mercado financeiro internacional, bem como o convênio firmado com o Banco do Brasil, agente do Tesouro Nacional, permitindo a continuidade do Programa de Emissões de Títulos que o país vem desenvolvendo no mercado financeiro internacional, conforme Resoluções nº 57, de 10/11/95, com a nova redação dada pelas Resoluções nºs 51/97, 23/99 e 74/00, além da Resolução nº 69, de 12/09/96, todas do Senado Federal.

Uma vez que as operações envolvendo títulos públicos são instrumentos fundamentais na administração da dívida pública federal, visando a melhoria de seu perfil e a redução de seus custos e, no caso dos títulos externos, contribuem também para ampliar a base de investidores em papéis brasileiros e viabilizar a abertura de novos mercados para empresas do setor público e privado, a implementação da ação é fundamental para permitir a continuidade e a sustentabilidade dos programas de administração da dívida pública brasileira.

No âmbito da ação Gestão de Obrigações da União, considera-se relevante a continuidade do projeto de redução do número de séries de títulos em mercado, tendo sido empreendida, a partir de outubro/2001, a troca direta com instituições financeiras de Notas do Tesouro Nacional, série I - NTN-I por novas séries de títulos fungíveis, quando houve redução de 4.168 séries, sendo 2.364 somente em 2002. Nesse mesmo ano, foram realizados leilões de troca de Letras Financeiras do Tesouro, série A – LFT-A e Letras Financeiras do Tesouro, série B – LFT-B por LFT, reduzindo-as em 115 e 42 séries, respectivamente.

Também foi viabilizada a venda de Títulos Públicos pela Internet (Tesouro Direto), a partir de fevereiro de 2002. Com esse programa, pessoas físicas passaram a poder adquirir tais ativos diretamente da Secretaria do Tesouro Nacional, constituindo um importante marco no sentido de se alargar a base de investidores em títulos públicos. Foram captados R\$ 77,0 milhões no ano, tendo sido cadastrados 5.600 investidores distribuídos por todas as unidades da federação.

Em termos de resultados, a dívida líquida total do Tesouro Nacional em poder do público, na posição de dezembro de 2002, foi de R\$ 331,0 bilhões (24,8% do PIB), sendo R\$ 68,1 bilhões referente à dívida interna líquida e R\$ 262,9 bilhões com relação à dívida externa líquida. A dívida interna líquida do Tesouro Nacional em poder do público com relação ao PIB, no período de 2001 a 2002, apresentou decréscimo de 4,9 ponto percentual (de 10,0% para 5,1%), melhor resultado desde setembro de 1999.

Quanto à gestão interna, foi iniciado o projeto de aperfeiçoamento das atividades e mecanismos de gerenciamento da Dívida Pública – PROGER, co-financiado com recursos do Banco Mundial, tendo como principal objetivo apoiar o Programa de Reforma ao Gerenciamento Fiscal e Financeiro do Governo, que visa a modernização de seus mecanismos de atuação nas áreas fiscal e financeira e a melhoria da qualidade na prestação dos serviços públicos, apoiando o processo de consolidação da estrutura organizacional do Tesouro Nacional e o aperfeiçoamento de sua capacidade para o gerenciamento da dívida pública federal, estando dividido em três componentes:

- a) Lei de Responsabilidade Fiscal /LRF – a cargo do Ministério do Planejamento;
- b) Plano Plurianual/PPA – a cargo do Ministério do Planejamento; e
- c) Gerenciamento da Dívida – a cargo da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

A implementação do componente gerenciamento da dívida pública teve início em 2002 com a contratação de consultores para o desenvolvimento dos seguintes trabalhos: a) integração de sistemas tecnológicos; b) estrutura do processo decisório no que tange à administração da dívida pública (governança), bem como a melhor estrutura de atuação das áreas responsáveis por sua gestão; c) sistemas de gerenciamento de riscos e d) macroprocessos, fluxos de informações e riscos operacionais.

No âmbito da gestão contábil, as ações convergiram no sentido de se promover maior transparência às contas públicas, viabilizada pela disponibilização de 1000 discos compactos contendo o Balanço Geral da União correspondente ao exercício de 2001, além de sua publicação na forma de papel e na Internet, e pela disponibilização das séries históricas de receitas e despesas. Ainda em 2002, a STN/CCONT orientou os Estados e Municípios sobre normas contábeis aplicadas à Administração Pública.

Na gestão financeira, o resultado fiscal do governo central registrou superávit primário acumulado até dezembro de 2002 da ordem de R\$ 30,0 bilhões, valor equivalente a 2,25% do PIB estimado para o período. Esse resultado está 0,44 ponto percentual do PIB acima do obtido no mesmo período de 2001. O Tesouro Nacional contribuiu para esse resultado com superávit de R\$ 47,8 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central do Brasil foram deficitários em R\$ 17,0 bilhões e R\$ 777,5 milhões, respectivamente.

As despesas do Tesouro Nacional situaram-se em 11,0% do PIB, apresentando acréscimo de 0,3 ponto percentual do PIB em relação às verificadas no ano anterior. Os gastos com pessoal e encargos sociais passaram de 5,4% no ano anterior para 5,5% do PIB em 2002. Comportamento semelhante foi observado nas despesas de custeio e de capital: elevaram-se de 5,3% do PIB, em 2001, para 5,5% do PIB, em 2002.

Na Gestão de Haveres da União, em 2002, foi recebido o montante de R\$ 20,479 bilhões, referente a Estados e Municípios, de um total de R\$ 18,168 bilhões de haveres financeiros previstos para o ano.

No que tange aos haveres mobiliários, em 2002, a arrecadação de dividendos e juros sobre o capital próprio atingiu o montante de R\$ 3,13 bilhões, próxima daquela obtida no exercício de 2001, da ordem de R\$ 3,23 bilhões, resultado que tem contribuído para a geração de superávit primário do Governo Central.

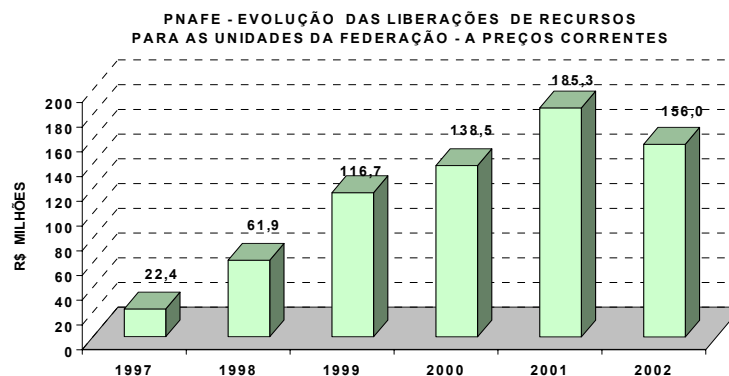
Vale destacar que algumas empresas tiveram forte incremento no montante de dividendos distribuídos: IRB (658%), ECT (164%) e ELETROBRÁS (105%). Adicionalmente, as empresas que mais contribuíram para a significativa arrecadação em 2002 foram: PETROBRAS com R\$ 1,03 bilhão, ELETROBRAS com R\$ 885,8 milhões, BNDES com R\$ 444,4 milhões e Banco do Brasil com R\$ 292,9 milhões.

Por último, quanto às operações oficiais de crédito referentes a crédito rural e a exportações, foram realizadas no exercício de 2002 receitas da ordem de R\$ 4,5 bilhões, aproximadamente.

Fortalecimento da Administração Fiscal de Estados e Municípios

Iniciado em 1997, o Programa “Fortalecimento da Administração Fiscal de Estados e Municípios” tem-se configurado como um importante componente para que os governos estaduais e municipais alcancem maior autonomia no financiamento do gasto público e desempenhem melhor suas funções sociais.

Foram investidos, entre 1997 e 2001, cerca de R\$524,8 milhões na modernização da administração tributária e financeira dos 26 Estados e do Distrito federal, dando-se ênfase a implantação de métodos e instrumentos de gestão, baseados no controle informatizado e integrado da informação e no desenvolvimento dos recursos humanos como requisito para a mudança cultural. Em 2002, foi desembolsado o montante de R\$ 156,0 milhões.



Nesse período, o desempenho da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS, tributo responsável por mais de 80% da arrecadação própria dos Estados, melhorou. No período de 1997 a 2001, a arrecadação do ICMS apresentou taxa de crescimento real, valores deflacionados pelo IGP-DI, de 9,7%. Entre 2000 e 2001, o crescimento foi de 4,3%. O programa tem contribuído para o ajuste de contas dos Estados. Em 2001, 13 estados apresentaram resultados nominais positivos. Excluindo os gastos com juros, o número de Estados com resultado fiscal positivo - superávit primário - sobe para 18.

A revisão dos mecanismos legais, a reengenharia e automação dos processos da gestão tributária e financeira, e a implantação de acompanhamento econômico-fiscal por segmento associado ao fortalecimento da inteligência fiscal foram decisivos para esses resultados. A cooperação entre as unidades da federação, fator chave para aumentar a eficiência da gestão tributária, também teve um impulso extraordinário nos últimos dois anos, com a concepção e o desenvolvimento do Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços - SINTEGRA. Por intermédio de uma rede própria e apoiado por sistemas de bases de dados locais, o SINTEGRA conecta as 27 unidades da federação, possibilitando o intercâmbio de informações para a verificação do pagamento adequado das alíquotas interestaduais, além da solicitação e acompanhamento formais de pedidos de fiscalização e de informações complementares. O serviço mais requisitado do SINTEGRA é a consulta pública aos cadastros estaduais de ICMS para verificação de endereço e da situação fiscal dos contribuintes.

Atenção especial tem sido igualmente conferida à transparência da gestão fiscal e à melhoria do atendimento ao contribuinte. O programa vem promovendo uma verdadeira revolução no modelo de atendimento ao contribuinte: integrando serviços, democratizando o acesso a informações fiscais e facilitando o cumprimento de deveres junto às administrações estaduais. O auto-atendimento dos contribuintes, por intermédio de quiosques eletrônicos e da Internet, foi privilegiado em todas as unidades da Federação. Atualmente, todos os Estados possuem sítio fiscal, colocando à disposição dos contribuintes e cidadãos em geral entre 10 a 40 tipos diferentes de serviços, como cadastramento on-line, certidão negativa de débito e informações sobre a gestão fiscal. Alguns Estados, como São Paulo, estabeleceram, inclusive, a Internet como meio principal de prestação de serviços aos contribuintes, por intermédio dos “Pontos Fiscais Eletrônicos”. O contribuinte somente comparece a um posto de atendimento presencial em situações especiais.

Em relação aos municípios, o principal avanço, em 2002, foi a qualificação de fornecedores, que submeteram seus softwares a testes e validações, amparados por rigorosa metodologia de avaliação de qualidade de software, procurando averiguar, além da qualidade, o atendimento das especificações definidas no Edital de Pré-Qualificação. O programa prevê, obrigatoriamente em relação aos municípios com população inferior a 50.000 habitantes e optativamente para aqueles com população entre 50.000 e 150.000 habitantes, a aquisição de um Conjunto de Sistemas Aplicativos – CSA, que abrange oito sistemas informatizados na área de gestão municipal tributária, financeira, atendimento e ouvidoria, recursos humanos, compras e patrimônio, protocolo, legislação e informações gerenciais, homologados pelo Centro de Pesquisa Renato Archer, entidade vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, com vasta experiência na avaliação de qualidade de software. A intenção é uniformizar procedimentos, racionalizar os custos de aquisição e facilitar o processo de modernização de municípios menores que dispõem de estrutura administrativa e gerencial reduzida. Com a homologação dos CSA, a expectativa é que o programa amplie substancialmente o número de municípios atendidos, beneficiando, nesta primeira etapa, cerca de 25% da população brasileira.

O atendimento aos municípios teve início em maio de 2001, quando foi assinado o contrato de empréstimo junto ao BID. Associadas ao equilíbrio fiscal, são fundamentais, no âmbito dos municípios, a orientação dos serviços públicos para o cliente/usuário/cidadão e a criação de mecanismos de controle social, como forma de desenvolver excelência na prestação de serviços públicos. Em 2002, foram desembolsados R\$ 9,2 milhões para o financiamento de ações de modernização da gestão administrativa e fiscal nos municípios inseridos no programa, tendo sido beneficiados, até agora, 16 municípios.

Programa de Educação fiscal - PEF

O Programa de Educação Fiscal - PEF, sob a coordenação e secretariado da Gerência do Programa de Educação Fiscal – GEREFE da Escola de Administração Fazendária – ESAF, vem assegurando sua consolidação e implementação por meio de diversas ações de sensibilização, de divulgação e de capacitação de professores, merecendo destaque: a) o primeiro curso a distância “Disseminadores de Educação Fiscal”; b) a produção de cartazes sobre o PNEF e do “Comunicado GEREFE”, editado bimestralmente; c) a produção do vídeo “O cidadão acima de tudo”; e d) participação na definição de conteúdos para criação do site Leãozinho da Secretaria da Receita Federal.

RESULTADOS GLOBAIS ALCANÇADOS PELO PNEF

RESULTADOS	1998	1999	2000	2001	2002
NÚMERO DE ALUNOS INSTRUÍDOS	371.162	545.502	963.366	2.003.817	3.105.998
NÚMERO DE ESCOLAS ABRANGIDAS	1.841	2.139	2.810	13.823	13.957
NÚMERO DE PROFESSORES CAPACITADOS	10.426	12.198	13.515	45.222	77.753
NÚMERO DE MUNICÍPIOS PARTICIPANTES	191	256	391	1.001	1.723

Fonte: Indicadores de Desempenho, dezembro/2002

Programa de Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins

No cumprimento de sua missão e de executora da ação *Seleção, Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Finanças Públicas e Áreas Afins* do Programa de Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins, previsto no PPA 2000/3, a ESAF tem contribuído expressivamente para a melhoria do serviço público nas três esferas de governo, seja pelos treinamentos proporcionados, seja pela seleção adequada às necessidades das carreiras de estado e dos quadros das empresas públicas, seja pela melhor formação desses novos servidores. O maior beneficiário é o cidadão brasileiro por força da maior qualificação dos quadros operativos de servidores públicos.

A meta da ESAF para 2002, de 31.000 servidores capacitados, foi atingida plenamente, alcançando-se 39.601 capacitações. Registre-se adicionalmente que o cômputo de outras formas de capacitação atingiu o total de 286.162 participações, conforme quadro a seguir:

CAPACITAÇÃO		OUTRAS PARTICIPAÇÕES	
CURSOS, TREINAMENTO, WORKSHOP, SEMINÁRIO E SIMPÓSIO	36.470	CONCURSOS PÚBLICOS	254.827
CURSO DE FORMAÇÃO	1.993	MONOGRAFIAS	0
CURSOS INTERNACIONAIS	397	TELECONFERÊNCIAS	15.371
PÓS-GRADUAÇÃO	214	GTS E REUNIÕES DE TRABALHO	8.386
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	734	PALESTRAS	1.928
CURSOS DE LÍNGUAS	2.102	CESSÃO DE ESPAÇO E APOIO LOGÍSTICO	5.650
TOTAL (1)	41.910	TOTAL (2)	286.162
		TOTAL GERAL (1+2)	328.072

Merece destaque o crescimento da atuação da ESAF no segmento “Concursos Públicos”, reflexo de seu conceito de instituição séria e capacitada, conforme expressa o quadro abaixo:

CONCURSOS PÚBLICOS	2001		2002	
	CERTAMES	INSCRITOS	CERTAMES	INSCRITOS
FEDERAL	8	92.693	13	186.532
ESTADUAL	5	49.721	3	64.790
MUNICIPAL	1	3.987	1	1.970
TOTAL	14	146.401	17	253.292

No desenvolvimento do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiro - PNAFE e do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros

– PNAFM, ambos coordenados pela Unidade de Coordenação de Programas – UCP da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda, coube à ESAF a divulgação do Programa e dos serviços disponíveis para os Estados e Municípios, voltados para as ações essenciais previstas nos respectivos Regulamento Operativo – ROP.

Dentro das atividades para melhorar a eficiência administrativa de Estados e Municípios, a Escola coordena o “Grupo de Desenvolvimento do Servidor Fazendário – GDFAZ” e o “Grupo de Trabalho dos Contenciosos Brasileiros – GTCON”, além de realizar concursos públicos para Estados e Municípios.

Na área internacional, a assinatura de dois memorandos de entendimentos, de especial relevância, com o Instituto do Fundo Monetário Internacional (IFMI) e com o Instituto do Banco Mundial (IBIRD), ensejou a expansão dos treinamentos voltados para a área econômica da América Latina, contribuindo assim para fortalecer o gerenciamento econômico da região.

Tem-se em pleno funcionamento, na sede da ESAF em Brasília, o Centro Regional Conjunto de Capacitação para a América Latina no Brasil (CCB) – decorrência do convênio com o IFMI – que, durante seu primeiro ano e meio de funcionamento, promoveu a participação de mais de 300 servidores de vários países latino-americanos e de países da África Lusofônica nos cursos e seminários oferecidos.

No contexto do convênio com o IBIRD, estão em desenvolvimento atividades e projetos conjuntos relativos a “core courses”, ensino à distância, merecendo destaque a elaboração de uma metodologia específica de avaliação de alunos egressos dos cursos. Tem-se ainda a parceria com o Instituto do Banco Mundial e o Instituto Tecnológico e de Estudos Superiores de Monterrey do México para desenvolvimento de análise do material instrucional e do instrumento de diagnóstico da Universidade Virtual de Monterrey.

Ainda na área de cooperação internacional, estão sendo desenvolvidas outras parcerias com objetivo de contribuir para a melhoria da eficácia e da eficiência da administração fiscal dos Estados brasileiros. Merecem destaque o “Projeto de Cooperação Técnica Brasil-Canadá” e o Acordo de Cooperação Técnica entre a ESAF e a União Européia.

No campo da cooperação nacional, registre-se a realização de um curso de mestrado em Economia do Setor Público, cinco cursos de pós-graduação nas áreas de direito tributário, gestão pública, comércio exterior e finanças públicas, e um curso de extensão em direito tributário.

Serviços de Informática para o Setor Público

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, responsável pelo Programa *Serviços de Informática para o Setor Público*, através das ações - Produção e Desenvolvimento de Serviços de Informática e de Manutenção de Sistemas Informatizados - prestou serviços de informática a diversos órgãos do setor público.

À Secretaria da Receita Federal – SRF proveu-a de meios informáticos e de informações pertinentes à arrecadação, cobrança, tributação, fiscalização, pesquisa e investigação tributária, combate à sonegação, aos estudos econômicos, tributários e estratégicos e à sua programação logística. Com isso, a SRF, se beneficiou com o aumento da eficiência na administração dos tributos federais, reduziu o tempo de atendimento, otimizou o tempo de recepção de documentos com maiores garantias de exatidão e confiabilidade dos dados, além de ter facilitado o acesso, também, ao cidadão contribuinte.

Entre os serviços de informática prestados à Secretaria do Tesouro Nacional – STN e à Secretaria Federal de Controle Interno– SFC, destacam-se aqueles relacionados aos sistemas de administração orçamentária, financeira e patrimonial, da gestão dos haveres e obrigações do governo federal e do acompanhamento fiscal dos Estados e Municípios, por meio dos quais proveu os usuários de informações e recursos para o gerenciamento, controle, acompanhamento, avaliação e apuração de dados, agregou facilidades para o uso, entendimento e tratamento das informações do sistema, garantindo a segurança, integridade, tempestividade e transparência das informações.

Quanto aos sistemas de comércio exterior, foram prestados serviços de concepção, desenvolvimento e implementação de soluções de tecnologia da informação (TI), para a automação e melhoria operacional das atividades de importação e exportação, integrando agentes públicos e privados envolvidos nos processos de comércio exterior, além dos serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas de apoio à gestão aduaneira, fornecendo informações gerenciais, simplificando e padronizando procedimentos operacionais, de forma a dar maior agilidade no processo de comércio exterior e reduzir custos para o Estado e demais usuários dos sistemas.

O SERPRO proveu o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP de sistemas de informação, em sua maioria de abrangência nacional, bem como prestou consultoria e assessoramento em informática, nas áreas de Logística, Serviços Gerais, Administração de Pessoal, Tecnologia da Informação e Patrimônio da União. Promoveu, também, o acesso aos sistemas informatizados da administração pública por intermédio da Rede Governo, agregando confiabilidade, qualidade e elevado nível de eficiência na interação usuários, governo e sociedade.

Foram desenvolvidos e realizada a manutenção de Sistemas Corporativos do Ministério da Fazenda que apóiam os processos decisórios, mediante disponibilização de recursos de informática, assim como provendo as áreas de gestão administrativa e econômica, sejam para o controle de ilícito financeiro, para o funcionamento da Ouvidoria do Ministério da Fazenda, das Redes Locais (LAN) e da rede de longa distância (WAN), permitindo que as aplicações servidoras estejam disponíveis nas estações clientes dos usuários, compreendidas por 28 redes locais e 1.800 estações de trabalho e, ainda, disponibilizando infra-estrutura de hardware e software necessários à ESAF para a realização de cursos à distância por meio da Internet. Foram, também, prestados serviços na área de tecnologia da informação à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e à Advocacia Geral da União - AGU, disponibilizando soluções inovadoras voltadas ao gerenciamento do contencioso da União.

O SERPRO forneceu, também, soluções em tecnologia da informação para órgãos fora da esfera do Governo Federal relacionadas ao Trânsito (RENAVAM – sistema para Registro Nacional de Veículos Automotores, RENACH – sistema para Registro Nacional de Carteiras de Habilitação e Sistema de Multas para processar as autuações de infrações de trânsito emitidas pelo DPRF), relacionadas ao RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, visando suprir as necessidades de controle, estatística e informações das entidades governamentais e as relacionadas aos registros das propriedades rurais brasileiras, o Sistema Nacional de Cadastro Rural. Prestou serviços de concepção, desenvolvimento e implementação de soluções de tecnologia da informação (TI), em conjunto com a Unidade de Coordenação de Programas/PNAFE, da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, para apoiar Estados e municípios nas suas ações de administração tributária e financeira.

Serviços de Informática em Parceria com a Iniciativa Privada

Este programa tem como objetivo desenvolver e operar sistema de informação e informática em parceria com o setor privado, para atendimento de necessidades do Governo Federal.

O SERPRO promoveu concurso público para estabelecer parceria objetivando o desenvolvimento e implantação de soluções para o Portal de Compras do Governo - o ComprasNet. O Portal foi desenvolvido para atender a sociedade, os fornecedores e a Administração Federal. Para a sociedade, estão disponíveis informações que permitem a qualquer cidadão acompanhar as contratações realizadas pela Administração e exercer o seu direito de fiscalização. Para os fornecedores, além das informações relativas às licitações e contratações, o Portal disponibiliza, em tempo real, um conjunto de facilidades que os auxiliam a efetuar e manter atualizado o seu registro cadastral; que permitem o acesso a avisos e editais de licitação, que possibilitam a participação em processos eletrônicos de contratação, bem como a outros serviços e informações, que tornam mais simples e desburocratizada a participação em processos licitatórios promovidos pelo Governo Federal. Para os órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional, integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, o ComprasNet disponibiliza uma série de facilidades voltadas para o controle e execução dos processos de contratação.

Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários.

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, responsável pelo Programa Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários, que tem por objetivo assegurar as condições para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários, no ano de 2002, apresentou, com destaque, os seguintes resultados:

- Implementação do processo de Certificação de Agentes Autônomos de Investimento;
- Assinatura de Contrato de Empréstimo para Assistência Técnica, com o BIRD, que prevê estudos, atualização de normas, reaparelhamento e treinamentos;
- Edição e distribuição de novos Cadernos de Orientação aos Investidores no âmbito do PRODIN - Programa de Orientação e Defesa do Investidor;

- Explicitação da regra de marcação a mercado dos títulos de crédito integrantes da carteira dos fundos de investimento financeiro; em conjunto com o Banco Central do Brasil, tendo em vista que a CVM absorveu as atividades de acompanhamento destes fundos, após a alteração da Lei 6.385/76;
- Disponibilização das carteiras dos fundos de renda variável na Internet;
- Aprimoramento da estrutura regulatória do mercado de valores mobiliários, através da edição, dentre outras, das Instruções CVM nºs 358/02 (regras e vedações relacionadas com o possível uso indevido e privilegiado de informações relevantes, em detrimento do interesse dos acionistas e da própria companhia), Instrução CVM nº 361/02 (dispõe sobre oferta pública para aquisição de ações), Instrução nº 376/02 (estabelece normas e procedimentos a serem observadas nas operações realizadas em bolsas e mercado de balcão organizado por meio da rede mundial de computadores).

Para medir o desempenho do Programa foram definidos indicadores, cuja evolução pode ser observada no quadro a seguir:

INDICADORES	1999	2000	2001	2002
Acesso à <i>Home Page</i> da CVM	400.000	NI	792.154	2.604.935
Relação entre emissões primárias e o investimento total da economia.	12,00%	19,68%	11,70%	10,8%
Relação entre o valor de mercado das companhias abertas listadas em Bolsa e em Balcão Organizado e o PIB	21,00%	39,40%	38,80%	33,00%
Taxa de andamento de processos administrativos instaurados	11,62%	11,68%	12,49%	16,41%

Fonte: CVM

Esclarecemos que a participação das emissões primárias e distribuições secundárias, em relação à formação de capital fixo da economia, apresentou um salto de aproximadamente 12%, em 1999, para cerca de 19 % no ano de 2000, que pode ser explicado por quatro grandes distribuições secundárias ocorridas naquele ano, envolvendo operação de venda de ações ordinárias da PETROBRAS, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, e vendas de participações em companhias estatais do setor elétrico (Cia. Energética de Pernambuco - CELPE, Eletropaulo e Cia. Energética de São Paulo - CESP). Subtraindo das distribuições secundárias de 2000 essas quatro operações, o índice para esse ano caiu para 12,3%, mesmo valor calculado para o ano de 1999 e bastante próximo daquele para o ano de 2001.

Em 2002, ocorreu uma contração nas principais categorias de emissões primárias e nas distribuições secundárias. O volume financeiro de emissões de ações até setembro apresentou queda de 15% sobre o mesmo período de 2001. As distribuições secundárias apresentaram redução semelhante, de 13%. Mais significativo é o decréscimo de 36% nas emissões de instrumentos de crédito; é ele o principal responsável pela projeção de 10,8% para este indicador em 2002. Na segunda metade da década de noventa, o financiamento das companhias abertas no mercado de capitais deu-se majoritariamente via crédito: debêntures e notas promissórias foram responsáveis, na média de 1995 a 2001, por 77% do volume financeiro total de emissões primárias. A queda nesse volume em 2002 explica-se, em grande medida, pela volatilidade observada nos mercados brasileiros, devido a incertezas de toda ordem, em especial a desaceleração da economia americana.

A depreciação cambial e movimentos localizados de venda de ativos por fundos de investimento refletiram-se na estrutura a termo das taxas de juros, com reflexos em diversos setores. No mercado de capitais, observou-se a suspensão de diversas emissões primárias de títulos de crédito, representada, em sua maior parte, pelas debêntures e pelas notas promissórias.

Relativamente à capitalização de mercado secundário das companhias abertas, expressa como um percentual do produto interno bruto, é possível observar que essa relação variou numa amplitude significativa de 10% no período de 1999 a 2002, explicada, em grande parte, pelo grau de imprevisibilidade que pode ser atribuído a essa variável, sobretudo num contexto altamente volátil como o atual.

Podemos destacar que o Programa de Desenvolvimento de Mercado de Valores Mobiliários teve um grande impacto com a aprovação das Leis nº 10.303/01 e nº 10.411/02, além do Decreto nº 3.995/01 - que alteraram as Leis nº 6.385/76 e nº 6.404/76, pois tais normativos, entre outras coisas, reforçaram a necessidade de

adoção de melhores práticas de governança corporativa por parte das companhias abertas, fortalecendo a posição dos acionistas minoritários em face de possíveis abusos praticados por controladores.

Desenvolvimento dos Mercados de Seguros Privados, Capitalização, Previdência Privada Aberta e Resseguro.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, com seu programa denominado “Desenvolvimento dos Mercados de Seguros Privados, Capitalização, Previdência Privada Aberta e Resseguro”, que tem como objetivo garantir o adequado funcionamento e desenvolvimento dos mercados de seguros, previdência privada aberta, capitalização e resseguro, realizou ações de fiscalização, regulamentação, concessão de empréstimos para liquidação de Sociedades pertencentes aos mercados supervisionados, e manutenção do sistema informatizado através do qual são processadas as informações encaminhadas pelas empresas com vistas ao controle de suas operações e realização de trabalho de fiscalização à distância.

Assim como tem ocorrido durante o período relativo ao PPA vigente, de uma maneira geral, em 2002, o Órgão conseguiu cumprir as metas estabelecidas para suas ações, o que se demonstra pela estabilidade que os mercados supervisionados vem apresentando, pela redução do número de reclamações de consumidores junto ao Órgão nos últimos anos, pelo aumento da diversidade de produtos oferecidos ao público em geral, inclusive para segmentos da população que nunca foram consumidores habituais dos produtos comercializados por esses mercados, e pela padronização de produtos massificados, propiciando um maior nível de esclarecimento dos agentes envolvidos e agilidade para aprovação.

Neste ano de 2002, até o final do mês de outubro já haviam sido realizadas cerca de 210 fiscalizações, além de terem sido expedidos 65 atos normativos, ultrapassando antecipadamente as metas do PPA estabelecidas para este exercício.

Em decorrência de todas as ações implementadas pelo Órgão, os principais resultados obtidos em 2002 foram os seguintes:

- Incentivo à comercialização de novos produtos de previdência aberta complementar, tendo em vista o potencial de expansão desse mercado, mediante edição de atos normativos que viabilizaram o atendimento às necessidades dos consumidores e a modernização dos produtos;
- Maior nível de controle da solvência e liquidez das empresas pertencentes aos mercados sob supervisão do Órgão, permitido a partir de aperfeiçoamentos realizados nos mecanismos de controle e fiscalização à distância, tendo sido implantadas formas mais ágeis para o recebimento das informações periódicas e melhorias no monitoramento das reservas técnicas das empresas, através de análises de suas bases de dados;
- Melhor monitoramento das operações de empresas de pequeno porte que vinham apresentando problemas de solvência através da Decretação de Regime de Direção Fiscal imposto a partir de ações de fiscalização, com vistas a evitar o agravamento da sua situação econômico-financeira, e por conseguinte minimizar o prejuízo aos credores;
- Aumento da transparência quanto à saúde financeira das empresas pertencentes aos mercados supervisionados através da Publicação de Anuário Estatístico, viabilizado mediante parceria com a FUNENSEG – Fundação Escola Nacional de Seguros, disponibilizando para a Sociedade dados relativos a essas empresas e consolidados do mercado; e
- Manutenção de uma adequada presença fiscalizatória, por meio da priorização das fiscalizações dirigidas por intermédio indicadores de mercado analisados pelas áreas que exercem o trabalho de fiscalização à distância, se constituindo num trabalho de caráter preventivo, visando identificar a tempo eventuais desvios que poderiam vir a causar prejuízos aos clientes das empresas e à Sociedade como um todo.

Os indicadores definidos para o programa do Órgão no Plano Plurianual foram os seguintes:

INDICADOR	ÍNDICE PREVISTO	1º SEMESTRE 2002
Participação do Mercado de Seguros no PIB	2,5 (□)	1,82(■)
Participação do Mercado de Previdência Privada Aberta no PIB	0,69(□)	0,52(■)
Participação do Mercado de Capitalização no PIB	0,56(□)	0,39(■)

(□) Na avaliação de 2001 foi proposta a alteração do índice para 1,82% (que ainda não consta no SIGPLAN) em face do expurgo do Seguro Saúde, cuja esfera de fiscalização passou para a Agência Nacional de Saúde.

(■) Os resultados aqui apresentados para 2002 foram calculados para a data base junho de 2002, haja vista somente haverem dados oficiais disponíveis do PIB até o 1º semestre deste ano.

Embora os índices obtidos no primeiro semestre de 2002, com exceção da participação do mercado de seguros no PIB, indiquem uma baixa probabilidade de que os índices esperados sejam alcançados até o final do PPA, deve ser ressaltado que fatores exógenos influenciam diretamente nos índices definidos, e com mais intensidade do que a atuação do Órgão por meio de suas ações, sendo que o desempenho da Economia ao longo desse período foi fator determinante para o distanciamento entre os índices planejados e os obtidos.

Produção de Moeda e Documentos de Segurança

A Casa da Moeda do Brasil - CMB é responsável pela execução do Programa “Produção de Moeda e Documentos de Segurança” vinculado ao Plano Plurianual 2000 / 2003 do Governo Federal, composto de dez ações, duas vinculadas a investimentos e oito referentes às principais linhas produtivas da Empresa.

Considerando as metas previstas quando da elaboração do PPA, o Programa deverá atingir ao final de 2002 o índice de 66,37%, avaliando o realizado no período de 2000 a 2002 sobre o estimado para o período 2000 a 2003. Esta avaliação considerou os indicadores das ações que representam linhas de produção, dando-lhes pesos diferenciados, em relação direta com o percentual de receita obtido, pela respectiva linha, comparada à receita total, relativas ao exercício de 2002. Entretanto, esta avaliação fica prejudicada, uma vez que as demandas dos produtos foram negociadas com os clientes a cada ano, fazendo com que as projeções estabelecidas em 1999, ocasião da elaboração do PPA ficassem defasadas. Se as metas do PPA fossem estabelecidas a cada ano, de acordo com as programações anuais de seus clientes, o índice seria próximo de 100%, uma vez que as programações foram plenamente atendidas.

As ações Manutenção da Infra-estrutura Operacional e Modernização do Parque Industrial, relacionadas aos investimentos da Empresa, foram realizadas com R\$ 14.108 milhões no exercício de 2002, valor este 47,7% aquém da verba de R\$ 27 milhões, prevista no PPA. Desde o lançamento do Plano Real, a CMB investiu um total de R\$ 112,8 milhões, com recursos próprios, representando média anual de R\$ 14,1 milhões.

O Programa atendeu a todas as necessidades por Cédulas, Moedas, Selos Fiscais e Selos Postais, de seus principais clientes, Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A Casa da Moeda superou em 1% seu Orçamento de Receita de Vendas para 2002, atingindo o valor de, aproximadamente, R\$ 233,9 milhões.

Integração da Cadeia do Agronegócio

O Banco do Brasil, como o maior responsável pela implementação da Política Agrícola do Governo Federal e principal agente financeiro do agronegócio, atua no Programa “Integração da Cadeia do Agronegócio” com intuito de promover a interação entre os agentes dessa cadeia, propiciando ganhos a todos os participantes desse setor.

O resultado alcançado nas ações que compõem o Programa tem sido superior às expectativas e tem contribuído para a integração dos produtores rurais e dos demais agentes da cadeia do agronegócio. Isso tem propiciado o fortalecimento das relações com os diversos setores dessa cadeia, reforçando as parcerias e o comprometimento de todos na busca de um resultado satisfatório ao setor.

Além das ações estarem apresentando crescimento significativo no volume e na quantidade de contratos, vale ressaltar o incremento no número de clientes atendidos/beneficiados por meio dos instrumentos que compõem o Programa.

Em "Aval para venda antecipada da produção - CPR - Cédula de Produto Rural", o número de clientes, em relação ao final de 1999, cresceu 611%. O crescimento expressivo no volume e na quantidade de CPR's avalizadas pelo Banco superou as expectativas de desempenho do produto, ultrapassando as metas estabelecidas para o ano de 2002.

Aval em Cédula de Produto Rural - CPR	Previsto	Realizado	Incremento %
Volume Avalizado – R\$	432.535.000	1.061.518.760	145,03%
Metas Físicas – Unidades	8.316	21.690	160,82%

Os "Negócios Eletrônicos - Comercialização" têm tido crescimento expressivo, principalmente na negociação de CPR's por meio do Leilão Eletrônico e do Balcão de Agronegócios no site www.agronegocios-e.com.br. Em 2002, cumprimos em 105,45 % dos dados financeiros previstos para o ano, com cerca de 46 mil transações realizadas por mais de 27 mil usuários.

Por meio da ação "Realização de Negócios entre segmentos do Agronegócio", atendemos cerca de 150 mil produtores rurais, num volume de R\$ 2,069 bilhões de negócios por intermédio dos 3.200 convênios firmados com empresas do agronegócio. Somente este ano, foram firmados 875 convênios.

O número de contratos de Mercados Futuros e Opções negociados produziu impacto positivo no resultado da BM&F. Destaque-se o grande número de palestras realizadas pelo Banco do Brasil com produtores rurais na disseminação desse mecanismos de proteção. Em 2002, as operações com Futuros e Opções totalizaram R\$ 158,89 milhões.

O trabalho realizado pelo Banco nas "Salas de Agronegócios" tem oferecido vários benefícios aos integrantes do agronegócio, tais como:

- Melhores condições de negociação de sua produção, via instrumento de comercialização disponibilizado pelo Banco (Leilões Eletrônicos em bolsas de mercadorias e futuros, o Balcão de Agronegócio no site www.agronegocios-e.com.br, e a rede de Armazéns Conveniados);
- Informações seguras, sobre tendências e cotações de mercado físico, comportamento de preços futuros e previsões de tempo;
- Possibilidade de ganho de preço;
- Prestação de assessoria aos produtores rurais quanto à necessidade de uma nova forma de atuar no mercado do agronegócio com uma visão de empresário rural.

Devido aos resultados alcançados na execução das ações do Programa Integração da Cadeia do Agronegócios, o Banco do Brasil pretende ampliar, cada vez mais, sua participação junto aos agentes do agronegócio, utilizando-se dos recursos do crédito rural (FAT- Pronaf e Proger, FCO, Funcafé, Poupança-Ouro e MCR 6.2), dos instrumentos de comercialização (CPR, BB Leilão Eletrônico, Balcão de Agronegócios, BB Logística, Salas de Agronegócios, Mercados Futuros e de Opções) e das parcerias com empresas (convênios BB Agro, BB Convir e BB Coop) como instrumento alavancador de desenvolvimento e de integração entre os diversos participantes da cadeia do agronegócios.

Potencializar o produtor rural, especialmente os de pequeno porte, para atuar eficientemente no mercado e obter melhor preço, tem sido objetivo perseguido com o apoio do associativismo ou do cooperativismo, na utilização dos recursos de logística e de comercialização.

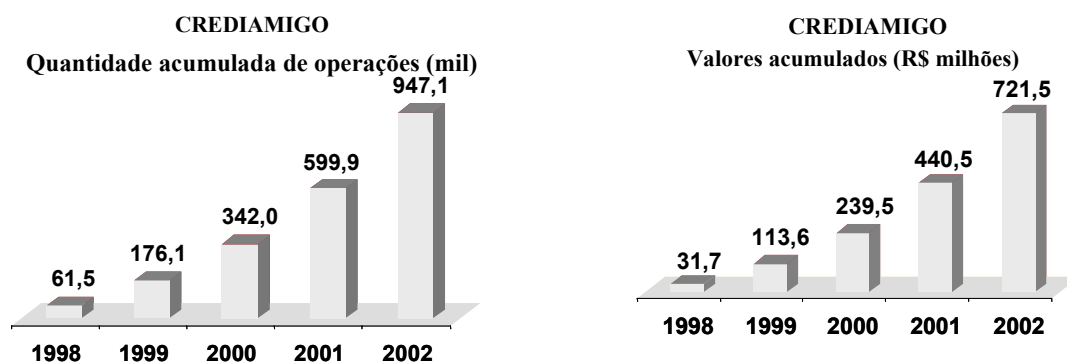
CrediAmigo

O CrediAmigo, programa de microcrédito do Banco do Nordeste, oferece crédito de fácil acesso, sem a exigência das garantias tradicionais, e disponibiliza capacitação técnica e serviços de assessoria empresarial aos microempreendedores da Região.

Com mais de 118,9 mil clientes, responsáveis por uma carteira ativa de R\$ 72 milhões, o CrediAmigo é o maior programa de microcrédito do país. Em setembro de 2002, durante a realização do V Fórum

Interamericano da Microempresa, no Rio de Janeiro, o Banco do Nordeste assinou contrato de empréstimo no valor de US\$ 30 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos fazem parte de um projeto maior de expansão do CrediAmigo, que prevê o aporte global de US\$ 100 milhões.

As aplicações do CrediAmigo em 2002 somam R\$ 281,0 milhões em 347,3 mil operações de empréstimo. Os resultados acumulados chegam a R\$ 721,5 milhões financiados através de 947,1 mil empréstimos em quatro anos.



Fonte: Banco do Nordeste – Programa CrediAmigo

Entre as ações do CrediAmigo em 2002, tiveram destaque as ações de capacitação e os eventos educativos. A assessoria técnico-empresarial prestada aos clientes do programa proporcionou 57,4 mil oportunidades de capacitação. Microfinanças foi tema de oficina realizada no âmbito do Farol do Desenvolvimento – fórum de discussão empresarial que reúne as lideranças municipais, sob a coordenação do Banco do Nordeste - alcançando cerca de 59 mil participantes. Nesses encontros, realizados em todo o Nordeste, foram discutidas e apresentadas contribuições relacionadas com os subtemas: "O desenvolvimento das microfinanças, enquanto estratégia de redução das desigualdades sociais e a Agenda 21 do município" e "Articulação para o desenvolvimento de oportunidades de capacitação do setor informal".

O programa realizou, em abril, a segunda edição de sua aula-oficina, que reuniu cerca de 15 mil pessoas interligadas por sistema de videoconferência em cinco cidades: Natal, João Pessoa, Teresina, Montes Claros e Maceió. O evento transmitiu conhecimentos sobre gestão da atividade microempreendedora, qualidade de produção e estratégias de venda, além de explicar a dinâmica do Programa aos participantes.

O Prêmio Banco do Nordeste de Microcrédito homenageou, em julho, 33 microempreendedores selecionados da carteira de clientes do CrediAmigo que se destacaram em aspectos como crescimento de renda, capacitação, investimentos na qualidade de vida da família da clientela, geração de emprego e uso racional do meio-ambiente.

Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - Prodetur II

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), busca proporcionar o ambiente necessário para o desenvolvimento dessa atividade por meio do investimento em infra-estrutura, capacitação, recuperação do patrimônio artístico, histórico e cultural.

A primeira etapa do Programa (PRODETUR/NE I), praticamente concluída, engloba 384 projetos em toda a Região. Foram investidos US\$ 723,7 milhões, entre recursos originários dos empréstimos e contrapartida dos Estados e União. Das obras previstas, 79,7% foram concluídas, ou seja, estão sendo usufruídas pela sociedade.

Situação dezembro/2002

ITENS	VALOR US\$ MILHÕES
CONTRATOS	400,0
ADITIVOS	400,0
DESEMBOLSOS (A)	368,3
CONTRAPARTIDAS (B)	355,4
REALIZADO (A + B)	723,7
AEROPORTOS	222,7
DEMAIS	501,0

Fonte: Banco do Nordeste – PRODETUR/NE

No ano de 2002, o PRODETUR/NE concluiu obras importantes, como: recuperação da Casa do Maranhão (MA), revitalização da orla de Gararu (SE), implantação de sistema de esgotamento sanitário nas cidades cearenses de Pecém, São Gonçalo e Paracuru, em Ponta de Campina (PB) e em Rio Formoso (PE).

Estima-se a geração de 3.870 oportunidades diretas e indiretas de ocupação produtiva para a população local, a partir da combinação dos investimentos realizados pelo Programa com os da iniciativa privada. Além disso, cerca de US\$ 10,9 bilhões em investimentos privados na atividade turística estão sendo esperados. Desse total, já se tem conhecimento da existência de projetos que totalizam US\$ 6,6 bilhões. A expectativa é que os US\$ 4,3 bilhões restantes sejam aportados na Região nos próximos dois anos, envolvendo desde o setor informal até os grandes resorts e parques temáticos.

Quatorze dos 16 pólos turísticos contam com Conselhos de Turismo – fóruns participativos para discussão dos principais temas relativos à atividade, identificação de oportunidades e formalização de parcerias. Em 2002, foram instalados os conselhos dos pólos baianos Litoral Sul, Chapada Diamantina e Salvador e Entorno, Costa dos Arrecifes (PE), além do pólo Costa do Marlim (ES). A expectativa é de que sejam instalados, em breve, os conselhos dos pólos São Luís (MA) e Ceará Costa do Sol (CE). O conjunto de todas as ações em curso contempla 265 municípios, além do Arquipélago de Fernando de Noronha, beneficiando cerca de 18 milhões de pessoas, que correspondem à população residente na Região.

Em 2002, foi assinado, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), contrato de empréstimo no valor de US\$ 240 milhões. Os recursos referem-se à primeira etapa do PRODETUR/NE II e serão somados aos US\$ 160 milhões de contrapartida nacional, resultando em investimentos de US\$ 400 milhões. A segunda etapa prevê o aporte da mesma quantia de recursos, permanecendo inalterada a divisão de responsabilidades, o que totaliza US\$ 800 milhões em investimentos voltados para a melhoria do turismo regional. O aval da União aos Estados submutuários da operação foi aprovado em abril pelo Senado Federal.

O PRODETUR/NE II concentrará esforços na melhoria das condições de vida da população localizada nos pólos turísticos. O objetivo é apoiar os investimentos e ações para gerar renda turística e assegurar que os governos municipais possam receber parte desta renda para gerir os investimentos e fluxos de turismo em benefício da população permanente. O Programa está alicerçado na premissa maior de completar e complementar o PRODETUR/NE I, focalizando principalmente na sustentabilidade/otimização dos investimentos públicos em curso e da própria atividade turística. O PRODETUR/NE II incorpora os Estados e as regiões locais na área de atuação do Banco do Nordeste, além de Minas Gerais e Espírito Santo.

Ações do Banco do Nordeste em Programas Multisetoriais

a) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

O Banco do Nordeste é o principal financiador do PRONAF na Região e opera o Programa com uma proposta de desenvolvimento rural, organizando as ações do Governo, para que se criem e fortaleçam as condições objetivas para aumento da capacidade produtiva, melhoria da qualidade de vida e pleno exercício da cidadania no campo por parte daqueles que integram o regime da agricultura familiar. Porém, a ação não se restringe ao crédito. Por meio de seus agentes de desenvolvimento e parceiros, promove ações antecedentes e conseqüentes ao crédito (capacitação, estruturação de cadeias produtivas, estabelecimento de parcerias etc) com o objetivo de contribuir para a organização social e produtiva dos agricultores e suas famílias, de forma a estimular a agregação de valor aos produtos por meio da verticalização e ganho de escala.

O Banco do Nordeste continua sendo o único agente financeiro a operar o PRONAF grupo B, destinado a agricultores com renda bruta familiar anual de até R\$ 1.500,00, com financiamento de até R\$ 500,00 por agricultor. No âmbito deste grupo, foram financiados R\$ 85,3 milhões através de 170,9 mil operações. Os valores acumulados desde o início da operacionalização somam 325,7 mil operações e R\$ 162,6 milhões.

O PRONAF grupo A é destinado a assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária e dos Programas Cédula da Terra, Banco da Terra, além de outros programas estaduais de reforma agrária. O PRONAF grupo C destina-se a agricultores com renda bruta familiar mensal entre R\$ 1.500,00 e R\$ 10.000,00, enquanto o PRONAF grupo D financia agricultores com renda familiar mensal bruta entre R\$ 10.000,00 e R\$ 30.000,00. Os valores aplicados pelo Banco do Nordeste no âmbito destes grupos estão especificados na tabela abaixo:

Valores em R\$ 1.000,00

PROGRAMA	JANEIRO A DEZEMBRO/2002		ACUMULADO DESDE 1999	
	QTDE. OPERAÇÕES	VALOR	QTDE. OPERAÇÕES	VALOR
PRONAF Grupo A	8.632	76.142,3	58.392	284.300,6
PRONAF Grupo B	170.859	85.337,8	325.766	162.564,8
PRONAF Grupo C	14.252	27.209,6	76.120	131.657,6
PRONAF Grupo D	3.154	18.513,4	108.980	555.704,9
Total	196.897	207.203,1	569.258	1.134.227,9

Fonte: Banco do Nordeste – Ambiente de Monitoração e Controle

A aplicação total do Banco do Nordeste por meio do PRONAF, de janeiro a dezembro de 2002, foi de R\$ 207,2 milhões mediante contratação de 196,9 mil operações, beneficiando 483,1 mil famílias.

b) Programa de Geração de Emprego e Renda no Nordeste do Brasil – PROGER

Com o objetivo de ampliar o atendimento aos empreendedores, o Banco está viabilizando a disponibilização das seguintes linhas de financiamento com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT): Capital de Giro Isolado para o atendimento à microempresa e empresa de pequeno porte, conforme determina a resolução nº 298, de 03 de setembro de 2002, do Codefat, no valor de R\$ 80 milhões; Proger Empreendedor Popular – Investimento para o atendimento ao setor informal da economia, contemplando a atividade artesanal, no âmbito do CrediArtesão-FAT, conforme determina a resolução 295, de 03 de setembro de 2002, do Codefat; Proger Empreendedor Popular – Capital de Giro e Microcrédito, conforme determina a resolução 295. Estas duas últimas linhas de financiamento têm recursos previstos de R\$ 40 milhões. Em 2002, o Banco contratou, até dezembro, 2.121 operações no âmbito do Proger, financiando R\$ 12,2 milhões.

c) Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – PROTRABALHO

O PROTRABALHO apóia a implantação, expansão, diversificação, realocação e modernização de empreendimentos, principalmente aqueles voltados para o aumento da competitividade e estruturação das principais cadeias e atividades produtivas, visando a geração de emprego e à melhoria da qualidade de vida do trabalhador. No âmbito desse programa, com enfoque exclusivo nos micro, mini e pequenos empreendedores, que formam o público atendido pelos Programas Especiais, o Banco operacionalizou, em 2002, 128 operações, totalizando R\$ 4,48 milhões.

d) Programas de apoio à reforma agrária

O Banco do Nordeste, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, vem operacionalizando programas de financiamento a esse público, como ação complementar a outros programas de Reforma Agrária executados pelo Governo Federal. Os programas operacionalizados pelo Banco são: Projeto-Piloto de Apoio à Reforma Agrária – CÉDULA DA TERRA; Fundo de Terras e da Reforma Agrária – BANCO DA TERRA; Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural; e Projeto Dom Hélder Câmara.

Em 2002, o programa Cédula da Terra financiou R\$ 97,3 mil por meio de duas contratações. Os números acumulados do programa apontam o financiamento de R\$ 38,6 milhões mediante 285 operações. Com 159 contratações, o programa Banco da Terra financiou R\$ 34,6 milhões este ano, perfazendo um total acumulado de R\$ 89,6 milhões aplicados em 826 operações. Pretende-se assentar, ao longo de três anos de implementação do Projeto, 40 mil famílias na região Nordeste.

Para implementação do programa, o Banco do Nordeste firmou contrato com o Ministério do Desenvolvimento Agrário prevendo repasse de recursos da ordem de R\$ 280 milhões. Foi liberada ao Banco do Nordeste parcela de R\$ 22,2 milhões. Até dezembro, foram financiados R\$ 12,6 milhões por meio de 127 operações.

Mediante contrato firmado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), o Banco é a instituição financeira operacionalizadora do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária na Região do Semi-Árido do Nordeste (PROJETO DOM HÉLDER CÂMARA). O Projeto, que tem por objetivo articular prática local, participativa e solidária de construção social de desenvolvimento, contempla 60 municípios localizados nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Sergipe, envolvendo recursos da ordem de US\$ 98,3 milhões, com prazo de execução de 6 anos. Sua meta é atender 15 mil famílias, envolvendo 50 mil pessoas. O projeto prevê para este ano o envolvimento de 3 mil famílias em 15 localidades, comprometendo recursos da ordem de R\$ 8 milhões.

e) Programa Brasil Empreendedor

O Programa Brasil Empreendedor foi criado pelo Governo Federal em outubro de 1999 e é destinado a oferecer crédito associado à capacitação técnica e gerencial, contribuindo para fortalecer os micro, pequenos e médios empreendimentos produtivos, inclusive no setor informal.

Mais de R\$ 1,3 bilhão de financiamentos no âmbito do programa já foram concedidos pelo Banco do Nordeste, representando investimentos de mais de R\$ 4,1 bilhões. Em outubro de 2001, o Governo deu início à 3ª fase do Programa, com a estratégia de aumentar as exportações das médias, pequenas e micro empresas, apoiar os pólos industriais e fortalecer o segmento artesanal. Em 2002, o Banco já investiu R\$ 770,0 milhões em 400,87 mil operações do Brasil Empreendedor.

Desenvolvimento da Amazônia Legal

O Banco da Amazônia, como banco gestor do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, no ano de 2002, praticou ações orientadas para promover investimentos na Região Norte, tendo como macro-diretriz o desenvolvimento sustentável.

No exercício de 2002, por meio dos programas de financiamento do FNO, foram contratadas 14.125 operações de crédito, no valor de R\$604,9 milhões. Desse total de recursos, R\$ 378,4 milhões (62,6%) foram alocados nas atividades produtivas do setor rural (13.529 operações) e R\$ 226,5 milhões (37,4%) foram direcionados para as atividades dos setores industrial, comercial e de serviços (596 operações).

No setor rural, as categorias de pequeno e médio portes foram as mais beneficiadas, tendo sido contratadas em 2002, 13.349 operações (98,6%) no valor de R\$ 292,5 milhões (77,2%). No setor industrial, as micro, pequenas e médias empresas obtiveram recursos da ordem de R\$ 82,9 milhões (36,6%), correspondentes a 340 operações contratadas (57,0%). As grandes empresas e os grandes empreendimentos rurais foram atendidos, no mesmo período, com R\$ 229,5 milhões (37,9%), relativos a contratação de 436 operações (3,1%).

A aplicação dos recursos do FNO tem contribuído de forma significativa para o incremento do Valor Bruto da Produção (VBP) da Região Norte. Considerando o montante dos financiamentos realizados em 2002, estima-se um incremento na ordem de R\$ 958,90 milhões no VBP regional (158,5% do valor financiado). Esses recursos proporcionaram, na Região, a criação de 106.844 oportunidades de ocupação de mão-de-obra na agropecuária, agroindústria, indústria e serviços.

Especificamente mediante programas voltados para o financiamento da agricultura de base familiar, foram atendidas, em 2002, 10.632 famílias de agricultores, extrativistas, pescadores, comunidades indígenas e outras categorias. O apoio financeiro a essas categorias, nesse período, atingiu a cifra de R\$ 98,60 milhões, proporcionando a ocupação de 44.785 postos de trabalho no campo, exclusivamente com mão-de-obra familiar.

Em síntese, o efeito do crédito de fomento tem contribuído decisivamente para a diversificação das atividades produtivas da Região Norte, gerando maior oferta de produtos, internalizando renda, criando empregos e postos de ocupação de mão-de-obra familiar, favorecendo a fixação do homem no campo, reduzindo desigualdades sociais, mitigando disparidades regionais e integrando a economia regional às economias nacional e internacional. Nesse sentido, o FNO, como instrumento econômico de desenvolvimento regional, vem proporcionando todos esses benefícios socioeconômicos para a Região e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Como banco operador de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco da Amazônia, contratou 169 operações no ano de 2002, no valor de R\$28,6 milhões. Esses recursos foram alocados, principalmente, nos Estados do Maranhão e Mato Grosso, Unidades da Federação não atendidas pelo FNO. Foram contemplados projetos de atividades produtivas da Amazônia Legal, nos setores rural, industrial e de serviços, com ênfase para os empreendimentos nas áreas de turismo, saúde e educação.

Outras Ações de Programas Multisetoriais de responsabilidade de órgãos/entidades do MF

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS

A Caixa Econômica Federal, como Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS registrou, no exercício de 2002, uma arrecadação de contribuições no montante de R\$ 22,4 bilhões e efetuou pagamentos a cerca 17 milhões de trabalhadores, o que propiciou a injeção de R\$ 19,6 bilhões na economia.

Relativo ao pagamento dos Créditos Complementares do FGTS, em cumprimento à Lei Complementar 110/2001, que determinou o crédito nas contas vinculadas dos trabalhadores do complemento da correção monetária referentes aos Planos Verão e Collor I, a CAIXA operacionalizou o considerado “Maior Acordo do Mundo”, que apresenta os seguintes dados:

- 38,8 milhões de trabalhadores com direito ao crédito;
- 119,4 milhões de contas com direito a créditos complementares;
- R\$ 42,4 bilhões de créditos complementares – valor total a ser pago.
- Os resultados alcançados com os Créditos Complementares, até Dezembro/2002, foram:
- 67,5 milhões de contas creditadas;
- 66,4 milhões de contas disponibilizadas para pagamento;
- 37,5 milhões de contas já pagas;
- R\$ 7,1 bilhões valor total pago;
- 29,1 milhões de adesões.

Rede de Proteção Social

Ao conjunto de ações que visam localizar as famílias em situação de pobreza e efetuar distribuição direta de renda, o Governo Federal denominou “Rede de Proteção Social”. Esse conceito engloba os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Bolsa Renda, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e Agente Jovem.

Os benefícios sociais dos programas da “Rede de Proteção Social” foram pagos por meio eletrônico diretamente às famílias e de forma unificada, mediante uso do Cartão do Cidadão. Chegar com rede física em todo o País foi um grande desafio no ano de 2002. Em maio daquele ano a CAIXA conseguiu chegar aos 5.561 Municípios, por meio do Projeto de Correspondentes Bancários. E, considerando a geração de cartões para os beneficiários de programas de natureza trabalhista e os da Rede de Proteção Social, até novembro de 2002, foram emitidos 21,1 milhões de Cartões do Cidadão que hoje estão em poder dos cidadãos brasileiros.

Em 2002 foram distribuídos R\$ 2.383.038.635,00, num total de 195.176.987 benefícios, considerando-se as parcelas e a quantidade de pessoas contempladas no período.

Desenvolvimento Urbano

Em 2002, a CAIXA ultrapassou suas expectativas com a implementação dos seus diversos programas habitacionais, de saneamento e de infra-estrutura urbana.

Desde 2001, a CAIXA vem promovendo quatro grandes frentes de estudo nesse segmento, quais sejam: a Revisão/Lançamento de Produtos Imobiliários, o Redesenho do OGU, a Nova Política Habitacional e o Redesenho do Desenvolvimento Urbano, destacando-se a criação, em agosto de 2001, do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH).

Programas Habitacionais - Ao longo do exercício de 2002, a atuação da CAIXA, no segmento habitacional, deu-se principalmente por intermédio dos programas a seguir descritos:

- Programas Carta de Crédito Individual e Imóvel na Planta, com recursos do FGTS, destinados ao atendimento a famílias com renda bruta mensal de, no máximo, R\$ 4.500,00.
- O PSH, destinado exclusivamente a famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.000,00, sendo a sua implementação ancorada em parcerias com Estados e Municípios, com vistas ao atendimento aos segmentos populacionais com dificuldade de acesso a crédito habitacional convencional. Nos quatro leilões já realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional e a Secretaria Especial de

Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, desde a criação do PSH, a CAIXA habilitou-se a 94% do número total de unidades leiloadas (de 45.000 unidades), sendo que até o final do exercício de 2002 foram contratadas 16.264 unidades, daquele total.

- O Programa de Arrendamento Residencial (PAR), criado em 1999, destinado ao atendimento a famílias com renda mensal bruta de até seis salários mínimos.
- O FAT-HABITAÇÃO, criado ao final de 2001, por deliberação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), foi implementado a partir do início de 2002, com um orçamento global de R\$ 1,0 bilhão e passou por diversas adequações, no decorrer deste último exercício, sendo que a concessão de financiamento para aquisição de imóvel usado foi a mais relevante, com dotação total de R\$ 150 milhões, limitada a 50% dos financiamentos para imóveis novos e para construção individual.
- O PRÓ-MORADIA, lastreado em recursos do FGTS, visa apoiar ações integradas com outras políticas setoriais, melhorando a qualidade de vida da população de baixa renda, por intermédio da implantação de projetos de construção de moradias, de urbanização de áreas degradadas ou outras alternativas habitacionais, com financiamento de até R\$ 8.500,00 por família beneficiada.
- O HABITAR BRASIL/BID (HBB) - componente habitacional - propicia a atuação junto às populações com renda bruta mensal de até três salários mínimos, residentes em áreas inadequadas à moradia. Utiliza recursos do BID e de contrapartida nacional.

Programas de Saneamento e Infra-Estrutura - Relativamente ao segmento de saneamento e infra-estrutura, no decorrer do exercício de 2002, foram reiniciadas as contratações e deu-se por intermédio dos programas a seguir descritos:

- O PRÓ-SANEAMENTO, implementado com lastro em recursos do FGTS, visa promover a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população em geral por meio de ações em saneamento, integradas com outras políticas setoriais.
- O Programa de Financiamento de Concessionários Privados de Saneamento (FCP/SAN), também implementado com recursos do FGTS, tem por objetivo criar possibilidades de financiamento aos concessionários privados dos serviços de água e esgoto.
- O HABITAR BRASIL/BID (HBB) - componente de Desenvolvimento Institucional – propicia a atuação junto às populações residentes em áreas inadequadas à moradia, nas causas dos problemas urbanos, com famílias de renda até três salários mínimos, no trabalho de soluções ambientais, serviços sociais, habitacionais, incluindo saneamento e infra-estrutura com construções de unidades hidráulicas com ênfase no trabalho de participação comunitária. Utiliza recursos do BID e de contrapartida nacional, a fundo perdido.
- O PAT-PROSANEAR tem como objetivo a elaboração de planos de desenvolvimento local integrado, projetos de saneamento integrado, trabalho social e desenvolvimento institucional, visando compatibilizar as intervenções em saneamento com as demais ações voltadas ao atendimento às populações carentes. Por intermédio do Programa, são repassados recursos, a fundo perdido, originários do OGU e de captação junto ao BIRD, destinados a municípios com população urbana entre 15 e 50 mil habitantes.
- O Programa de Preservação do Patrimônio Cultural (MONUMENTA/ BID) tem como objetivo básico a revitalização de centros históricos urbanos, a partir da recuperação de seu patrimônio histórico e cultural. Os recursos alocados ao Programa são oriundos de contrato de empréstimo celebrado pela União, por intermédio do Ministério da Cultura - MinC, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo repassados a fundo perdido.
- A CAIXA, em 2002, repassou R\$ 1,28 bilhão em recursos do OGU, para Estados e Municípios, totalizando 8.789 operações contratadas. O repasse de tais recursos propiciou a geração de mais de 293 mil empregos, por intermédio dos diversos programas do Governo Federal nas áreas de habitação popular, saneamento e infra-estrutura urbana e rural.